

Dívida pública deve ser reduzida em Cr\$ 1,5 trilhão

O Tesouro quer reduzir este ano em Cr\$ 1,5 trilhão a dívida pública interna e externa. Este é o número previsto como "amortização global da dívida em 1990", revela o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Gianetti da Fonseca. "É o total do endividamento que o governo vai pagar este ano, permitindo chegar ao superávit fiscal de 2% do PIB" — explica. Como o valor de Cr\$ 1,5 trilhão corresponde não a 2%, mas sim a 5,92% do Produto Interno Bruto (PIB), avaliado em Cr\$ 25,32 trilhões pela Secretaria de Planejamento, Fonseca esclarece que a diferença refere-se aos dois conceitos para avaliar as contas: o regime de competência (relativo ao exercício fiscal) e o regime de caixa (referente ao dinheiro que efetivamente entra ou sai do Tesouro). "Os 2% correspondem ao regime de competência", observa o secretário.

O superávit fiscal, segundo Fonseca, é essencial para chegar à meta de controle da moeda — que prevê emissões de somente 9,1% no segundo semestre, justamente no período em que é mais intensa a procura por dinheiro pelas empresas e pelas pessoas. "Eu nem discutiria a hipótese de que a meta monetária possa não ser cumprida. Estou animado com o superávit de caixa de junho, quando já não havia receitas extraordinárias." (Em junho, segundo o secretário da Fazenda do Ministério da Economia, Geraldo Gardenali, o superávit de caixa do Tesouro atingiu Cr\$ 7,8 bilhões — e as contas vão tão bem que o governo já dispõe de recursos equivalentes a 1/3 do valor dos cruzados congelados no Banco Central.) Para chegar ao superávit fiscal, Fonseca conta com US\$ 5 bilhões a serem obtidos em 1990 com os CPs (certificados de privatização) a serem pagos em 12 parcelas mensais, a partir de 15 de julho, pelas instituições financeiras e fundos de pensão.

As contas do Tesouro fazem parte do orçamento de 90, ainda em revisão no Congresso. Elas prevêem que o funcionalismo consumirá recursos de quase Cr\$ 1,3 trilhão, equivalentes a 5,1% do PIB. E ainda que toda a colocação de títulos públicos este ano foi concluída até 15 de março, atingindo Cr\$ 833 bilhões. Fonseca critica a limitação de 65% para gastos com o funcionalismo, qualificando o percentual de "exageradamente elevado". De fato, "nunca se chegou a ele", até por uma questão técnica: o percentual refere-se ao OGU (Orçamento Geral da União, que inclui o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Previdência Social — este, com previsão de gastos de Cr\$ 1,2 trilhão, ou 4,7% do PIB).

— A inflação não pode sobreviver a essa programação — observa Fonseca, admitindo que os índices possam elevar-se nos próximos "dois ou três meses", mas depois cairão. "Havia um círculo vicioso preços-salários que era sancionado no meio do caminho pelo governo, com o seu déficit crônico. Os estruturalistas diriam: acabe com a indexação (a inércia) e a inflação acabará. E os



Fonseca: superávit será mantido.

ortodoxos, elimine o déficit público e controle a expansão monetária, que você acabará com a inflação. Nós não estamos preocupados com a questão teórica, mas vamos fazer as duas coisas. E é preciso que elas venham juntas."

O secretário do Planejamento declara-se "assustado" com reajustes salariais de 50 ou 60%, principalmente quando os empresários declaram-se **satisfeitos** em ter negociado com os trabalhadores. "A sociedade terá que entender que tais elevações de preços e salários não são compatíveis com as metas oficiais. Com expansão monetária rígida e política fiscal ajustada, as vendas irão cair, o que eu acredito que já esteja acontecendo. Haverá mais recessão do que o necessário."

Mas com a inflação na casa dos 10% ao mês, como evitar a indexação salarial? "A ideia é eliminar a indexação oficial. Que os segmentos sociais se indexem como quiserem, ou como puderem. Há setores que podem dar reajustes de salários sem repassar para os preços, e outros que não podem. Vamos deixar as partes negociarem e chegar ao que é apropriado para elas em vez de impor um reajuste único, tutelado pelo governo e válido para toda a economia." E se passar, no Congresso, o projeto de indexação dos deputados, "eu espero que o presidente vete, pois o Congresso estará fazendo uma lei de desemprego".

BR-116

Se o orçamento de 90 deverá ser equilibrado, as contas do Tesouro em 91 poderão ser mais tranquilas. Para isso, Fonseca conta com a **privatização** e com a **desconcentração de atividades da União**, a serem compartilhadas com Estados e municípios. "Nós temos conversado com o Quêrcia e com os governadores do Paraná e Rio de Janeiro para que eles assumam a BR-116 e a Via Dutra — e isto valerá para a quase totalidade das estradas federais. As negociações com os Estados estão avançadas."

A curto prazo, a abertura da economia não terá efeito sobre os orçamentos públicos, de responsabilidade do Planejamento. Fonseca, porém, prevê que a liberalização das importações promova um aumento substancial da taxa de câmbio flutuante (o dólar comercial). Essa taxa passou a subir rapidamente desde o dia 20 de junho, acumulando uma alta de 7,6% entre 20 e 29/6.

Fábio Pahim Jr.